

Compreensão Histórica e Responsividade Ética: articulações teóricas no cruzamento entre Filosofia Especulativa da História e Filosofia Existencial da História.

Historical Understanding and Ethical Responsiveness: theoretical articulations at the crossroads between Speculative Philosophy of History and Existential Philosophy of History.

Cristian Bianchini de Athayde,¹ UFRGS

Resumo

Neste texto proponho algumas considerações teóricas para pensar a atualidade de debates em torno da Filosofia da História, particularmente no que concerne à Filosofia Especulativa da História e à Filosofia Existencial da História. Por meio de tópicos como temporalidades e tempos históricos, experiência temporal e da história, ética e compreensão histórica, os apontamentos trazidos são mobilizados para indicar reflexões que envolvem modos de compreender e elaborar a realidade e experiências históricas (por meio de confrontos e negociações, identidades e alteridades). Ressalto que essas reflexões não se restringem ao âmbito acadêmico e disciplinar da História, mas sim são alargadas a modos outros de lidar e interpretar a realidade histórica.

Palavras-chave: Filosofia da História; Compreensão Histórica; Ética e História.

Abstract

In this text I propose some theoretical considerations for thinking about the current debates surrounding the Philosophy of History - Speculative Philosophy of History and the Existential Philosophy of History. Through topics such as temporalities and historical times, temporal experience and the experience of history, ethics and historical understanding, the observations made are used to indicate reflections that involve ways of understanding and elaborating reality and historical experiences (through confrontations and negotiations, identities and otherness). I emphasize that these reflections are not restricted to the academic and disciplinary field of History, but are extended to other ways of dealing with and interpreting historical reality.

Keywords: Philosophy of History; Historical Understanding; Ethics and History.

Introdução

Em texto recente, Ethan Kleinberg (2023) alerta para um problema existencial de primeira grandeza no qual historiadores/as, teóricos/as da história e filósofos/as da história se encontram hoje enredados: aquele imperativo moral da compreensão histórica como base para uma ideia de história enquanto justificativa, guia, propósito, finalidade, justiça e/ou redenção já não possui o apelo, estabilidade e força que antes possuía. Nos escombros de certezas perdidas, diante dos desafios, crises, incertezas e eventos críticos do século passado e deste, as

¹ Doutorando em História (UFRGS), Linha de Pesquisa de Teorias da História e Historiografias. Mestre em História (UFRGS) com apoio do CNPq através da Chamada CNPq n. 07/2022. E-mails para contato: cristian.athayde@ufrgs.br; crisbianchini.97@gmail.com.

crenças disciplinares na história e em sua função social de explicação, representação e ensinamento ou alerta esbarram seja em limites internos à própria disciplina, seja na insuficiência de epistemologias e teorias tradicionais em dar conta de uma variedade de demandas contemporâneas. Essas, relativas, por exemplo, a sujeitos historicamente subalternizados e modos “outros” de compreender, perspectivar, criar e narrar histórias (raça, gênero, sexualidade, cosmovisões originárias, etc), alteridades-que-não-humanas, uma realidade climática crítica Antropocena, disputas geopolíticas e econômicas junto a reativações de nacionalismos, reivindicações por justiça, dentre outros pontos, tornam urgente a reflexão sobre como conviver incessantemente com o *problema da história* (Oliveira, 2024; Ávila, 2024; Simon, 2022).

Dito isso, e buscando enfrentar esse problema existencial colocado por Kleinberg, como podemos repensar e levantar tópicos pertinentes não apenas à disciplina histórica, como também, e fundamentalmente, à pertinência existencial, ética e sociopolítica de compreender, mobilizar e configurar tempos e histórias que nos cercam e nos constituem?

A inserção temática do conjunto de discussões deste texto no âmbito de investigação teórica da história respeita uma dupla articulação na sua base. Por um lado, enfatiza o olhar às condições de possibilidade, inteligibilidade e representação da experiência da história, sendo as temporalidades um elemento central (Koselleck, 2014, p. 97). Por outro lado, busca encaminhar essas reflexões teóricas e levantar tópicos pertinentes em função de considerações existenciais, éticas e políticas caras ao campo da Filosofia da História, particularmente ao da Filosofia Especulativa da História e à chamada Filosofia Existencial da História (Fillion, 2021; Lemon, 2003; Langueux, 2021; Gilbert, Elgabsi, 2021, 2023).

Filosofia Especulativa da História, Tempo e Experiência: pertinências e aberturas reflexivas

Desde a segunda metade do século XX a subárea da Filosofia da História se encontra cindida em dois eixos gerais, correspondentes à “Filosofia Analítica (ou “Crítica”) da História” e à “Filosofia Especulativa (ou “Substantiva”) da História”.² Ambos esses eixos espelham uma duplidade inscrita nos próprios sentidos da palavra história enquanto *res gestae* (materialidade, facticidade e concretude fenomênica), bem como *historia rerum gestarum* (relativa aos protocolos epistemológicos e disciplinares de investigação,

² O primeiro a estabelecer essa distinção foi W. H. Walsh em *An Introduction to Philosophy of History* (1960), seguido por W. H. Dray em *Philosophy of History* (1964), A. C. Danto em *Analytical Philosophy of History* (1965), e, mais recentemente, A. Tucker propõem uma distinção entre “Filosofia da Historiografia” e “Filosofia da História” em *Our Knowledge of the Past: A Philosophy of Historiography* (2004).

representação e conhecimento) (Gruner, 1972; Fillion, 2021; Armour, 2019; Scholz, 2014).³ Em torno da Filosofia Especulativa da História, a preferência pelo termo “especulativo” ao “substantivo” assinala o ato interpretativo de especulação sobre as condições e características de um fenômeno (história) impossível de ser experimentado em sua integralidade. A preferência pela expressão *história-como-um-todo* ao invés de falar no “todo da história”, distancia-se da assunção de um sentido de totalidade *presumida* da/através da história, bem como se afasta de, por meio da especulação sobre as condições históricas contemporâneas e/ou pretéritas e/ou futuras, assumir um ponto de vista totalizante (fechado ou absoluto). Isso ressalta a valorização do exercício hermenêutico de articulação significante de presentes, passados e possibilidades futuras por meio de diferentes modos de análise teórica, estética, filosófica e sociopolítica que pensam e elaboram as tensões entre condições/fenômenos/processos/eventos históricos e experiências humanas. O que está em jogo e inscrito nesse movimento é justamente a ampliação da textura/espessura da noção de *atualidade presente* do mundo, envolvendo elementos inatuais e contemporaneidades de não-contemporâneos. Especular a *história-como-um-todo* responde a uma *demandas existencial* de compreensão, mobilização e desdobramentos de sentidos face a ausência de sentido intrínseco da história (Koselleck, 2021, p.79, 2006, 2014; Fillion, 2021, p. 03-06; Gruner, 1972, p. 289; Languex, 2001, p. 02-31).

Indagar e responder a uma demanda existencial e social vincula desde indivíduos privados até grupos coletivos em sua busca por habitar o mundo e conceber a história. São resultantes disso os diversos empreendimentos concretos da ação humana (envolvidos pelas circunstâncias históricas e as possibilitando), atrelando aquele caráter especulativo de indagação à *problematicidade* dos (não)sentidos (negativações, positivações, ausências e contradições) extraídos das vivências e experiências de fenômenos históricos (Patočka, 1999, p. 81-83; Angehrn, 2021; Lemon, 2003, 09-11; Fillion, 2023; Bodei, 2001, p. 13-16).⁴ É

³ Se tradicionalmente *res gestae* é associada ao especulativo (substantivo), ao passo que *historia rerum gestarum* ao analítico (crítico), não há uma separação rígida entre esses dois eixos e o que existe é a coexistência e o inevitável entrelaçamento entre metafísica (ontologia) e epistemologia (Mink, 1987; Munz, 1977; Leite, 2023).

⁴ São exemplos tradicionais associados ao âmbito das Filosofias Especulativas da História trabalhos como (esse levantamento sumário remete à visão tradicional do campo, não interditando novas inserções de autores/as e obras como detendo esse caráter especulativo): Políbio, *Histórias* (c. 220 - 146 a.e.c); Agostinho, *A Cidade de Deus* (426); Giambattista Vico, *Ciência Nova* (1725); Voltaire, *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações* e *Ensaio sobre a moral e os costumes dos povos*, (1756 -1769); Johann Gottfried von Herder, *Ideias sobre a Filosofia da História da Humanidade* (1784-1791); Immanuel Kant, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784); Johann Gottlieb Fichte, *Lições sobre a Vocação do Sábio* (1794) e *Considérations destinées à rectifier les jugements du public sur la révolution française* (1858); Hegel, *Fenomenologia do Espírito* (1807), *Lições sobre a filosofia da história* (1837); Leopoldo Ranke, *O conceito de história universal* (1831); Johann Gustav Droysen, *Grundriss Der Historik* (1858); Karl Marx, *A Ideologia Alemã* (1845 - 1846), texto redigidos que foram compilados posteriormente em 1932), *O Manifesto do Partido*

sintomático que essas reflexões sobre a história apareçam sobretudo em contextos de crise, ou seja, em momentos nos quais os modos de organização, estabilização e compreensão temporal, moral e ética, social, institucional, política e cultural se veem estremecidos (Paul, 2014; Tucker, 2004, p. 17; Lemon, 2003, p. 11).

Na primeira metade do século XX, é o cenário de *crise da modernidade* que afeta os mais variados âmbitos de sociabilidade. Na modernidade as percepções hegemônicas do tempo e da história se encontram atreladas ao processualismo tributário do peso de uma específica determinação (moderna) ontológica, relacionada à modalização cronológica e progressista de passados-presentes-futuros. Nesse cenário o *moderno conceito de História*, singular-coletivo e sujeito-objeto, foi o signo das pretensões totalizantes da modernidade como resposta à assimetria e aceleração temporal (Koselleck, 2006, p. 52-55; Hartog, 2019, p. 137-139).

Nesse cenário a imaginação histórica europeia/ocidental, sua crença nos desígnios do tempo e da história e seu sistema institucional-liberal de estados-nacionais entram em crise. Isso se dá, dentre complexas e ínumeras questões, em virtude das consequências dos desdobramentos referentes aos fenômenos do colonialismo, neocolonialismo e lutas por independência (com suas contradições e antagonismos sendo constituintes da própria modernidade, relacionados sobretudo à escravização racial de povos negros), das crises econômicas e das duas guerras mundiais, do nazifascismo, holocausto, stalinismo, campos de concentração e extermínio, ameaça nuclear e domínio desenfreado da técnica (Hobsbawm, 1995, p. 10-107; Asmann, 2013; Arendt, 2016; Todorov, 2017; Anders, 2011; Gilroy, 2001, p. 101-156). À luz dessas e de outras experiências e eventos decisivos, também os fundamentos morais se tornaram obsoletos para pautar a ação ética e política, sendo confrontados pelas contradições oriundas da escala de violência, morticínio e reificação que configuraram uma latência niilista de ausência (vazio) de sentidos. Essa latência corresponde às tensões e contradições que são produtos da dupla face de autoafirmação e carência crônica do humano em relação à compreensão e ação histórica, pois situado em um mundo no qual não existe nenhum sentido intrínseco *a priori* ou além (Nietzsche, 2019, p. 390-392; Volpi, 1999, p. 55-56; Eagleton, 2016, p. 47). Segundo Raymond Williams (2002, p. 29-90) com tais crises e contradições se estabelecem condições para a compreensão da historicidade do fenômeno da

Comunista (junto a Friedrich Engels, 1848), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852); Friedrich Nietzsche, *Fatum e História* (1962) e *II Consideração Intempestiva: Sobre a Utilidade e os Inconvenientes da História para a Vida* (1874); Oswald Spengler, *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal* (1918); Ernst Troeltsch, *O historicismo e seus problemas* (1922); Arnold Toynbee, *Estudo da História* (30 tomos publicados entre 1934 - 1961).

tragédia moderna, e isso pela coordenação de respostas às tensões entre *ordem e acidental*, entre *existência humana e mortalidade/finitude*, bem como entre *atemporalização e temporalização do mal e do sofrimento*, salientando nas vivências e experiências trágicas traços que remetem a aspectos existenciais, socioeconômicos, institucionais e ético-políticos. Isto posto, a realidade de destroços e violações impactou a produção no campo da Filosofia da História.⁵; não obstante, Filosofias Especulativas da História jamais chegaram a perder sua força de indagação.⁶

Dentre as justificações dos porquês de investir esforços no exame de questões em torno de Filosofias Especulativas da História, primeiro há o tensionamento disciplinar (teórico, ontológico, epistemológico, estético-representativo e ético-político) oferecido por esses empreendimentos, somado isso aos interesses pela história por públicos e sujeitos outros que não acadêmicos profissionais - esses que, naturalmente, não detêm o monopólio quanto às reivindicações dos sentidos e verdades históricas (Fillion, 2021, p. 03; Bevernage et al, 2019, p. 417-418). Assim como o fato de que não existe a possibilidade de compreender, interpretar e apelar à história de maneira não problemática em suas articulações temporais, éticas e políticas (Fillion, 2021, p. 03-07, Languex, 2001). É sintomático disso o diagnóstico recente a respeito de temas que norteiam o campo da Filosofia da História nas últimas décadas, enfatizando interlocuções entre ética e história - trauma, justiça, (ab)usos da história e da memória, (im)possibilidades de representações e reparações, funções sociais, negociações com passados/presentes traumáticos, dentre outros (Bevernage et al, 2019, p. 435). Ainda, Lemon (2003, p. 10-13) e Munz, (1977, p. 05-09) destacam que, ao responderem a demandas existenciais e a engajamentos (críticos, céticos, otimistas, pessimistas, etc) na conformação de

⁵ Se é possível observar a predominância de Filosofias Especulativas da História em relação a Filosofias Analíticas da História e à Teorias da História nos anos que antecedem e abarcam o decênio que vai de 1945 a 1955, a partir de então observa-se um declínio e marginalização das especulações filosóficas da história e um crescente aumento e estabelecimento dos campos de Teoria da História e Filosofia Analítica da História (Bevernage et al, 2019, p. 416-418). No que concerne ao âmbito acadêmico e intelectual, em parte isso é devido ao sucesso de obras críticas às Filosofias Modernas da História (sobretudo na vertente marxista e hegeliana), tais como a de Raymond Aron, *Introdução à Filosofia da História* (1948), Karl Lowith, *O Sentido da História* (1949), Karl Popper, *Miséria do Historicismo* (1956).

⁶ A título de exemplo podemos situar os seguintes trabalhos como tentativas de conjugar um duplo aspecto teórico e especulativo de indagação da história e das experiências históricas: Hayden White, *Meta-História* (1973), Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos* (1979), Jean-François Lyotard, *A Condição Pós-Moderna* (1979), Michael Oakeshott, *Sobre a História e Outros Ensaios* (1983), François Hartog, *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo* (2003), Zoltan Simon, *History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century* (2019), Rodrigo Turin, *Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal* (2019). Também, podemos visualizar trabalhos que, assumidamente ou não, envolvem especulações sobre a história a partir de análise associadas a âmbitos diversos como: Mircea Eliade, *O Mito do Eterno Retorno* (1949), Francis Fukuyama, *O Fim da História* (1989), Samuel Huntington, *O Choque das Civilizações* (1993), Yuval Noah Harari, *Sapiens* (2011) e *Homo Deus* (2015), dentre outros.

interpretações acerca de fenômenos, atores, processos e eventos históricos, especulações dessa natureza são janelas de comunicação com (não)sentidos que circulam socialmente, contribuindo para a constante e necessária reafirmação da relevância social da reflexão sobre a história.

Para buscar compreender a amplitude de modos desse gesto de *perguntar* pelos (não)sentidos da *história-como-um-todo* e das experiências envolvidas, Gruner (1972, p. 294-300) propõe a decomposição da questão central “a história possui algum sentido?” em três outros questionamentos que são entrelaçados, relativamente independentes entre si e cumprem o objetivo de salientar o pluralismo de possíveis respostas: “a história tem algum(s) *padrão(es)* e/ou *propósito(s)* e/ou *valor(es)*?” *Propósito(s)* (ou objetivos, finalidades) está(ão) vinculado(s) à compreensão e determinação significativa de “prés”, “inícios”, “fins” e “pós” relativos à história; *Valor(es)* se refere à mobilização e enunciação de julgamentos (existenciais, éticos e políticos) sobre a história; *Padrão(es)* por sua vez se refere à consideração das formas, ritmos e graduações espaço-temporais do acontecer fenomênico da história, salientando a possibilidade de múltiplas combinações e coexistências entre si - (des)continuidades, repetições/atualizações, cílico, linear, espiral, disruptivo. Conforme apontam Megill (2019) e Vasicek (2009), abre-se com isso um importante espaço para a tematização e o dimensionamento de tensões irresolvíveis caras à Teoria da História e à Filosofia da História. São elas: determinismo e contingência (necessidade e liberdade); transcendência e imanência; presentes, passados e futuros; geral e particular; dialética e não-dialética; histórico e não-histórico. A *tensão entre ausência e presença* de alguma resposta a qualquer uma dessas questões pontuadas, a relação estabelecida dentro do campo de forças de suas mútuas implicações e os dialogismos que vinculam textos e contextos referenciais, necessariamente conduzem ao ato de pensar sobre a *história-como-um-todo* e à coordenação das histórias possíveis (i.e experiências históricas e experiências da história) atreladas, coexistentes e em confronto (Gruner, 1972).

A importância do estudo de/a partir de considerações oriundas de Filosofias Especulativas da História é então corroborada por uma perspectiva teórica que assume as relações entre história, (não)sentidos e (in)determinações ontológico-existenciais: “a exploração da história como fundamento e estrutura de significado abrange variados círculos, os quais estende-se do entorno imediato ao horizonte abrangente, do entrelaçamento dos acontecimentos às formas de ser e compreender” (Angehrn, 2021, p. 19). Para Leite (2023) o exame da historicidade de fenômenos e experiências históricas envolve o alargamento da reflexão teórica na direção da investigação das *bases metafísicas de modos de pensar*

historicamente - que constituem concepções de tempo e de história. Ou seja, essas bases são constitutivas da configuração verbal de compreensões da história; consequentemente, como ressalta Angehrn (2021, p. 19, grifos meus), diferentes *formas de elaboração da linguagem* remetem diferenciadamente a questões ontológico-existenciais, merecendo destaque que as “formas de pensamento são semanticamente específicas, afetam setores de nosso vocabulário e (...) moldam a tendência geral de nossa relação com a realidade”. Posiciona-se com isso a necessária expansão à consideração de reflexões em torno de especulações filosóficas da história oriundas de obras não acadêmicas, obras de ficção-literária, de ensaístas, em suma, obras que configuram e representam textualmente o mundo e a realidade histórica por vias outras que aquelas que afirmam a preponderância de sistematizações, conceitos e racionalizações (Gruner, 1972, p. 287). Isso encaminha à proposta de Gumbrecht (1998, p. 11, grifos meus) a respeito da tarefa do historiador/a, aqui ampliada ao ramo da especulação filosófica sobre a história: não deveríamos “dispensar o passado, controlando-o em conceitos eficientes, mas somente pôr a nós mesmos e ao nosso presente em confronto com as *imagens mais ricas possíveis da alteridade histórica*”.

Portanto, trata-se também do entendimento dos modos de inscrição, atualização, desdobramento e textualização de contextos pertinentes (biográficos, sociopolíticos, culturais, éticos, epistemológicos, estéticos e literários, temáticos de maneira geral) em textos que são interna e externamente dialogizados. Essa demanda em História Intelectual deve ser entendida como emprestada às demais áreas dos estudos históricos, evidenciando a complexidade de se interpretar textos que à sua maneira respondem, reagem, negociam, confrontam e rearticulam o mundo através de *textualizações* e *narrativizações* de experiências, eventos e fenômenos históricos (LaCapra, 2012, p. 244-247; 2009, p. 13-36).

O termo *textualização* remete à reflexão que LaCapra (2012, p. 244-247) realiza a respeito dos usos discursivos da linguagem em textos de natureza diversa: há um uso “documentarista” que indica o ato de situar o texto de acordo com as dimensões fáticas que podem ser corroboradas pela recorrência ao conhecimento da realidade empírica a que o texto faz alusão; assim como há o uso “work-like” (“ser-obra”) que trata da atividade de composição e manejo da realidade, das experiências dos fenômenos, sendo transformador “porque desconstrói e reconstrói o dado, em um sentido repetindo-o, porém também trazendo ao mundo, nessa variação, modificação ou transformação significativa, algo que não existia antes” e que re-trabalha e complementa a realidade por meio de uma inscrição dialógica entre contextos e texto. Já o termo *narrativização* está relacionado a uma reivindicação teórica da hermenêutica narrativa, visto que ao considerar o caráter discursivo da linguagem como

vinculado estreitamente com a dimensão temporal da negociação e correlação entre experiências e fenômenos do mundo (texturas em que coexistem e são mobilizados passados, presentes e futuros), remete à posição privilegiada da narrativa em servir de mediadora e suplemento à relação entre vida humana e realidade; desse modo, ao trabalhar com a linguagem e articular de forma significativa experiências e processos/eventos, causas e consequências, perspectivas e temáticas, e isso através da configuração de uma intriga ou enredo, o caráter mediador da narrativa posiciona os sentidos e verdades construídos pelo texto em um local intermediário, ou seja, uma posição que responde e dialoga tanto com a continuidade interpretativa existente entre experiência (vida) e narrativa (texto), quanto com múltiplas leituras possíveis de serem realizadas por leitores situados temporal e espacialmente de maneiras diversas, aspecto que re-atualiza, desdobra, tensiona e rearticula a própria narrativa e seus sentidos e verdades (Ricoeur, 1994, p. 85-131; Meretoja, 2018, p. 43-88).

Enquanto pressuposto histórico-filosófico e orientação teórica que conjuga as questões acima, entendo que a correlação entre temporalidades, história e existências (humanas e não-humanas) remete à complexa textura de pluralidades ontológicas e fáticas da realidade - coexistências, relacionamentos e interações. A *temporalidade* é aqui entendida como estrutura e base ontológica que inscreve o existir humano e a realidade histórica “no tempo” metafísica e empiricamente (Heidegger, 2012, p. 468; Agamben, 2005, p. 109; Solomyak, 2018). Ela aponta às coexistências (síncronias e diacronias, *contemporaneidades de não-contemporâneos*) entre passados, presentes e futuros, sedimentando interações entre fenômenos, seres e objetos que impactam na composição de suas fisionomias particulares (com suas texturas, espessuras e estratos variados e mutuamente influentes) (Koselleck, 2006, 2014, 2021). Nesse entendimento, *historicidade*, portanto, remete aos diferentes *modos de ser* temporalmente estruturados e estabelece o campo de investigação teórica e hermenêutica dos sentidos e das condições de possibilidade e inteligibilidade da história - movimentando questões metafísico-ontológicas, teóricas e epistemológicas, estéticas e representativas (Leite, 2023; Araújo, 2013). Nesse conjunto de reflexões a *história* é compreendida duplamente: seja enquanto fenômeno que é ausente de sentido em si mesmo (no qual impera uma contraditoriedade de sentidos em disputa, negociação e entrelaçamentos) (Koselleck, 2021, p. 79-88), possuindo uma face objetiva que impacta na realidade do mundo; e, ainda, também é entendida como uma dimensão e horizonte de limitação e efetivação do humano, ou seja, é configurada por modos de relacionamentos sociais ao mesmo tempo em que é o meio em que eles ocorrem na realidade (Angehrn, 2021).

Conforme o registro de reflexão teórica e indicação de subáreas de estudos aqui tratados, articular existências, história e temporalidades remete diretamente a pensar a *experiência temporal*. Aqui destaco a importância das categorias fenomenológicas de Koselleck (2006, p. 305-327), *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*. Essas categorias permitem a consciência do engendramento fluído que os modos temporais de passados-presentes-futuros podem assumir na experiência temporal significada narrativamente (Ricoeur, 1994), indicando ainda as temporalidades da história em sua execução material e objetiva (fenômeno) pela dialogicidade que se estabelece em face das reações/ações humanas. A experiência é entendida enquanto sedimentação de passados consumados que possuem efeitos de permanência residual com maior ou menor intensidade, atravessando e constituindo o âmbito individual e coletivo; já a expectativa, igualmente relacionada ao individual e ao coletivo, vincula-se a projeções e antecipações voltadas a futuros que se relacionam com o campo de experimentação pressuposto mas não se limitando a ele. São categorias dotadas de potência existencial e impactam nas experiências dos sujeitos e grupos na história - em relação à experiência histórica/da história. Compreende-se por *experiência histórica/da história* as articulações e coexistências de contextos (temporais, sociopolíticos e culturais) em que sujeitos, grupos, fenômenos, acontecimentos e processos ocorrem simultânea e diacronicamente, conformando *diferentes modos de aquisição* de experiências propriamente históricas ou historicamente situadas (seja de forma contingente, formas acumulativas e sedimentadas que destacam a tensão entre repetições e atualizações, bem como modos transgeracionais ou estruturais envolvendo processos profundos), tal como é defendido por Koselleck (2014, p. 33-45). Ainda, conforme LaCapra (2006, p. 17, 61-70) destaca, embora tenha havido um verdadeiro “giro experiencial” ao longo de fins da década de 1990 e início da seguinte, falar em experiência não necessariamente vem acompanhado de um pensar teoricamente; para tanto, isso envolve considerar uma ampla gama de modos de formação de experiências e também dimensões não experenciais da história e da vida em sociedade. Desse modo, experiência destaca - e as considerações acima sobre o seu caráter *temporal* e *histórico* já enunciam - processos performativos, dinâmicos e em constante reconstrução, trazidos à tona pelo conjunto de significados que o conceito em questão assume: caráter de “colocar à prova”, sugerindo participações ativas e performáticas em diferentes situações; caráter de ser sujeito subjetivamente consciente de interagir e coexistir junto a estados e fenômenos da realidade; também, considera-se a pertinência de processos inconscientes e a própria problemática do inconsciente que divide o sujeito ideal e utopicamente unificado; o caráter potencialmente traumático e pós-traumático de

determinadas experiências e eventos; o absurdo, ausência de sentidos e irracional, assim como o virtual e utópico ou distópico, transcendente às condições materiais e empíricas do presente; bem como, ao pensar a dimensão de acúmulo e sedimentação que constitui experiências de indivíduos e grupos, LaCapra recorda a diferenciação entre aqueles que experienciaram diretamente um acontecimento (como a escravização, *Apartheid*, Holocausto, etc) e aqueles que se vinculam aos mesmos de formas secundárias através de sentidos circulantes e mobilizados socialmente pela da memória, história e heranças (ou fardos) compartilhados.

Desse modo, destaco o compromisso com uma abordagem teórica que implica pensar as relações entre histórias e experiências, e isso de modo a ressaltar a centralidade - e igualmente a complexidade - de pensar as temporalidades ontológica e sociohistóricamente.⁷ Trata-se de confrontar uma percepção temporal que, ao naturalizar uma linearidade processual, tende a estabilizar ontologicamente os passados como *finalizados e situados* de forma rígida espaço-temporalmemente, distanciados e afastados (*ausentes*) de atualidades nos presentes que nos circundam. O que passados atravessados por experiências, fenômenos e processos associados ao colonialismo, escravização, terrorismos de estado e crimes de lesa-humanidade têm nos impelido à reflexão é, justamente, o entendimento de que, em seus tensionamentos e coexistências *enquanto ausências-presenças*, tais *passados-presentes* assombram, traumatizam, permanecem, acumulam-se e engendram contradições, estabelecem dívidas e urgências a serem ética e politicamente confrontadas, respondidas e negociadas (acadêmica, institucional, política e socialmente) com vistas a outros futuros possíveis mais desejáveis (Kleinberg, 2017, p. 01-71; Bevernage, 2011 p. 1-22, 110-130; Oliveira, 2024). Ethan Kleinberg (2017, p. 1-6, 122, 145-146) nomeia de *realismo ontológico* a crença metafísica e epistemológica de historiadores/as a respeito da existência de um passado fixo, estável e imutável localizado espaço-temporalmemente (sendo seu correlato a atribuição dessas propriedades ao presente), na possibilidade do método histórico acessar essas realidades empíricas, justificar e legitimar “objetivamente” suas verdades, bem como na existência de um modo de descrição narrativa, conceitual e representativa “mais adequada” e “fiel” à objetivação do fato histórico.⁸ É preciso questionar essa crença e atentar ao aspecto dialógico

⁷ Para uma abordagem das vias que a reflexão contemporânea sobre Tempos Históricos tem priorizado, conferir: CARDOSO JR., H. R. Varieties of Temporalization: Disciplinary Tasks Related to Historical Time. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-26, 2023.

⁸ Não obstante Kleinberg esteja preocupado com a crítica a perspectivas disciplinares e acadêmicas tradicionais ao campo da História, podemos expandir essa adjetivação de realistas ontológicos a todos/as que, ao buscarem compreender e analisar problemas históricos, caiam nessa circularidade estéril e viciante. O círculo vicioso do realismo ontológico está na manutenção de uma compreensão de passados, presentes e realidades históricas como marcadas por um processualismo e distanciamento temporal que, inevitavelmente, carrega uma crença na

e interativo das temporalidades históricas e dos modos de compreensão da realidade e de fenômenos, processos e experiências históricas; é preciso pensar a tensão incessante entre faixas temporais entrelaçadas (Koselleck, 2006, 2014), bem como o caráter espectral das *latências fantasmáticas* e disruptivas de passados que se recusam a passar, sendo esse confrontamento com o fantasma “um confronto com o passado como um imperativo moral que ordena que alguém corrija uma injustiça ou erro do passado (...) permite um envolvimento ético com o passado e os meios para fornecer uma estrutura moral para o nosso futuro” (Kleinberg, 2023, p. 66-68, 2017).

Nossas diferentes dinâmicas enquanto seres humanos situados no mundo frente às temporalidades, assim como o próprio entendimento da categoria de tempos históricos, invoca a reflexão sobre os múltiplos relacionamentos entre experiências do tempo, bem como sobre os modos de compreender e especular sobre a integralidade da experiência e fenômeno da história. As discussões acima não estão restritas à historiografia profissional nem são exclusivas a historiadores/as em seus campos de atuação. Também não o são as considerações de Bevernage (2011, p. 15) sobre o caráter ativo e performativo (produtor e manipulador) dos modos com que distâncias temporais são reguladas e propostas (os cortes e/ou entrelaçamentos entre passados e presentes), uma vez que isso ressalta as articulações entre dimensões afetivas, ideológicas e epistemológicas que subjazem essa performatividade e produzem significações sobre a história. Também não são restritas ao âmbito historiográfico as discussões que Osborne (1995, p. 200 - 201) traz a respeito da ideia de politização do tempo, destacando como as práticas de estruturação e produção de sentidos do tempo e da história são fundamentais no impacto das condições de possibilidades na atualidade, permitindo ou interditando experiências, validando ou desvalidando a legitimidade e possibilidade dessas experiências - seja no presente ou no futuro. Esse conjunto de questões posiciona uma dimensão de responsividade ética no cerne do compromisso de atores humanos frente à realidade histórica, interpretativa e autorreflexivamente, estabelecendo com isso uma constelação de temas e demandas comuns a diversos modos de lidar com passados, presentes e expectativas de futuros em um sentido existencial e sociopolítico.

estabilidade objetiva e empírica da “realidade”, portanto pouco afeita à dinâmica e complexidade com que fenômenos, processos e experiências coexistem temporal e socialmente - além de facilmente capturável em perspectivas “progressistas”, “românticas”, “melancólicas” quanto a distâncias temporais. Conforme Kleinberg (2017, p. 125) destaca: “A vista aérea da história, o *totum simul* ou *instantâneo* estático que detém o fluxo temporal, também se considera fora das determinações de tempo e espaço, e aqui devemos ter em mente a crítica de Dilthey a tais posições externas que pretendem residir fora do fluxo temporal da experiência vivida. Mas a ‘história’ do realismo ontológico é mais semelhante à teologia negativa na medida em que determina o que é ‘real’ e o que é ‘ontológico’ sem determinar o que é ‘história’ além de suas propriedades como aquilo que determina (ou cria) o que é ‘ontologicamente real’”.

Compreender e Responder Eticamente: algumas coordenadas em torno da Filosofia Existencial da História

Em sua obra *O Si-Mesmo como Outro*, Paul Ricoeur (1991, p. 194-212, 267-312) propõe um entendimento da ética compreendida como anterior à moral, fundada em uma pragmática baseada no desejo e expectativa de vida bem vivida *com e para* os outros, mediando relações e diferenças sociais e culturais através de instituições justas. A moral, vinculada à obrigação normativa, corrige e regula esse desejo e expectativa, mas não os substitui transcendentalmente. A ética se manifesta na vida prática, na convivência interpessoal e na justiça social, exigindo engajamento histórico para repensar continuamente as práticas de significação social, as instituições e os sistemas políticos e econômicos. Nessa senda, a identidade, por sua vez, não é estática, mas se forma pela tensão entre *idem* (mesmidade, permanência) e *ipse* (ipseidade, fidelidade a si na mudança), dinâmica cuja repetição-modificação é o cerne desse processo formativo. A alteridade, enquanto presença do si-mesmo diferencial (aqui entrando a alteridade temporal), bem como a presença do outro - seja do próximo, do estrangeiro ou do marginalizado e subalternizado, assim como do hegemônico e privilegiado - é constitutiva do si, pois é apenas na relação com o outro que a identidade se afirma, reage/age e se transforma. Assim, pensar ética, identidade e alteridade de forma integrada permite compreender a complexidade e variabilidade dos sujeitos e grupos temporal e historicamente, exigindo o reconhecimento mútuo de semelhanças, diferenças, dívidas e deveres como base de qualquer ação ética verdadeiramente justa e aberta à atualidade na expectativa de melhores futuros possíveis. Aqui a dupla face da história (Trouillot, 2016, p. 15-26) enquanto fenômeno temporal e social, bem como modo narrativo que articula sentidos em uma inteligibilidade significativa (história-contada), encontra sua associação profunda entre acontecimentos, processos, fenômenos, experiências (sujeitos e grupos, identidades e alteridades) e o índice ético e temporal que vincula humanos transgeracionalmente (Gilbert, Elgabsi, 2021; 2023, p. 17).

Em linha semelhante a Ricoeur, LaCapra (2006, p. 59-60) argumenta que não se deve moralizar o entendimento das formações de identidade (como “positivo” ou “negativo” por si só), tampouco compreender identidade como identificação que elimina e/ou esconde a diferença e a alteridade (interna e/ou externa) - ou mesmo projeta essas alteridades em chave negativante e preconceituosa: “a identidade implica modos de ser com os outros que vão do real ao imaginário, virtual, buscado, afirmado por norma ou utópico (...) é preciso explorar as relações e articulações entre os diversos qualificadores de identidade” (LaCapra, 2006, p. 60).

Ainda, conforme pontua LaCapra (2006, p. 88-93), pensar as *posições subordinadas* (gênero, raça, classe social, posição profissional, vinculação pública e/ou institucional, etnia, religião, etc) é relevante a uma compreensão dinâmica e processual (não linear, mas sim conflitiva) de formação de experiências, uma vez que, ao destacar o aspecto não essencialista e fixo dos modos de configuração e reivindicação de identidades, estimula a refletir sobre as múltiplas formas com que essas posições são coordenadas e distribuídas tanto internamente a sujeitos e grupos, quanto externamente na conformação de alteridades e “outros” - posições que coexistem, integram-se, justapõem-se, negociam-se, confrontam-se, problematizam-se e contradizem-se).

Em recente texto, abertura ao dossiê temático “História e Ética” na *History and Theory*, os historiadores André de Lemos Freixo e João Ohara (2025) indicam uma “virada ética” no campo da História e das Humanidades de modo geral. Esse *ethical turn* pressupõe, sobretudo, o reconhecimento de que assuntos de ordem epistemológica e construção de conhecimento estão saturados de problemas éticos e políticos. A força dessa afirmação está em destacar que os seres humanos sempre - e inevitavelmente - já estão emaranhados e correlacionados com diversas fontes de atribuição de sentidos ao mundo e à história, configurando com isso redes de interação. Nelas, a justificativa, legitimidade e aceitação social de verdades e argumentos, interpretações e análises, nunca são frutos de uma pureza-neutralidade-objetividade epistêmica impossíveis - e quando a crença nesses valores é mobilizada, cabe justamente questionar o que está implícito e o que por ela é falseado.

É a partir dessas questões que a ideia de uma Filosofia Existencial da História contribui para a discussão e ganha contornos relevantes. O termo é empregado por Bennet Gilbert e Natan Elgabsi (2021, 2023) para pensar as condições e características de um entendimento dos entrelaçamentos temporais e éticos que envolvem e vinculam as pessoas (e não apenas teóricos, filósofos ou historiadores da história) responsivamente frente a contemporâneos e não-contemporâneos. Esse relacionamento existencial, ético e sóciopolítico junto a humanos temporalmente outros situa a *alteridade temporal como integral à condição histórica*, ou seja, essa conectividade humana é o eixo de referência de uma perspectiva existencial da história que excede o binarismo ontológico do paradigma rígido da distância temporal inscrita na ideia de oposição/dicotomia entre ausência/presença, com isso questionando uma relação estanque entre passados e presentes - assim como futuros esperados e imaginados (Gilbert, Elgabsi, 2021, p. 42-44, grifos meus). Esse diálogo é integralmente responsável, isto é, implica a necessidade de *indagar e responder em relação a* contemporâneos e não-contemporâneos (incluindo-se aqueles/as marcados/as pela

mortalidade-passada e aqueles/as assinalados/as pela natalidade-futura), sendo que “nossa existência como self pessoal consiste em reconhecer o outro como outro finito e temporal (...) [e assim] reconhecer que nossos self’s são feitos possíveis *em relação* ao outro temporal”, uma coexistência que é marcada pela transgeracionalidade (Gilbert, Elgabsi, 2021, p. 44, 45-46). Esse primado temporal e existencial destaca um conjunto de reflexões e demandas que caracterizam e derivam do âmbito da Filosofia Existencial da História; em seu centro, portanto, vigora uma ética responsável historicamente:

Compreender a temporalidade em um sentido hermenêutico-existencial é precisamente reconhecer o vínculo moral entre nós e os temporalmente outros como um relacionamento Eu-Você reflexivo, no qual nós mesmos podemos ser fundamentalmente transformados por meio dessa relação (...). Nesse sentido, dirigimos uma pergunta a um outro histórico enquanto um Você reflexivo, um Você reflexivo que somos responsáveis por enxergar, e é a partir do que esse Você nos permite ver que uma compreensão transformada de nós mesmos [e da nossa realidade] se torna possível. (...) A pergunta, assim, abre uma reflexão sobre como nos situamos em relação ao que está sendo dito - em termos de nosso próprio ser enquanto existente no presente (...) e essa reflexão nos interpela como uma relação ética, na qual respondemos ao que ocorreu e ao que continuará sendo contado e recontado (...) devemos nos dirigir aos outros, descobrindo o que o relacionamento Eu-Você deve exigir de nós plenamente (...) Com um pathos existencial-histórico em sua máxima expressão, engajamo-nos [e nos envolvemos, coimplicamo-nos], por meio de operações transgeracionais, com o coração, a mente e a vida inteira de outras pessoas, de um modo que inclui suas esperanças, alegrias, felicidade e conquistas, bem como seus sofrimentos. Tudo isso é histórico porque carrega as marcas da nossa finitude e da certeza da nossa travessia no tempo (Gilbert, Elgabsi, 2021, p. 46-52).

Desse modo, responder eticamente aos contemporâneos, aos que existiram e aos que virão, refletir sobre a tensão entre semelhança e diferença que caracteriza temporal e espacialmente esses diferentes vínculos, é pensar o tempo, as experiências e a história de forma atenta às configurações de identidades e alteridades que são coordenadas por políticas do tempo e modos de compreender integral e provisoriamente a história. Levando em consideração o que vem sendo exposto, é necessário pensar uma noção de *compreensão histórica* que não se restrinja aos limites da disciplina histórica e muito menos à sua exclusiva operacionalização por historiadores/as, bem como dialogue ativa e re-constitutivamente junto aos muitos modos existentes social e culturalmente de articular (e conceber) de forma significativa passados, presentes e futuros. Segundo LaCapra (2006, p. 16, 40), trata-se de *problematizar o que conta como história e quais os sentidos que esse termo mobiliza* (seja enquanto fenômeno social ou âmbito plural de aquisição de experiências, seja como modo de reflexão e significação da realidade), bem como, em seu “esforço contínuo de pensar os

problemas que afetam nossa própria concepção da relação entre presente e passado no que concerne a possíveis futuros”, é um modo de compreender necessariamente dialógico, autocrítico e autorreflexivo, e isso no que diz respeito aos modos de interpretar e representar fenômenos, acontecimentos, estruturas e experiências históricas. Na mesma linha, Zoltan Simon (2022, p. 3-5) argumenta por uma noção de compreensão histórica que, lançando mão do filósofo Louis Mink, abre a uma ideia ao mesmo tempo simples e potente: justamente por ser um modo de compreensão e interpretação de uma realidade histórica impossível de ser experimentada integralmente, essa *montagem configuradora* é uma “compreensão de nós mesmos e do mundo, dos fenômenos, eventos, ações e ocorrências como sendo estruturadas sobre um plano temporal - isto é, como sendo integradas em uma configuração de passados, presentes e futuros”.

A dimensão autocrítica e autorreflexiva envolve e constitui desde aquele/a que interpreta e investiga a história, até aqueles/as que são o foco de reflexão e mobilização. Ou seja, além de uma autorreflexividade ativa quanto a parâmetros teórico-metodológicos e linguísticos que baseiam e condicionam certa interpretação, ressalta-se o aspecto dialógico inscrito na dinâmica psicossocial entre sujeitos, grupos, fenômenos sociopolíticos e processos históricos. Essa dimensão da responsividade ética é também expressa pela operacionalização da psicanálise à compreensão histórica realizada por LaCapra (2006, p. 105-253). Aqui o destaque está no alargamento de noções tradicionais ao espaço clínico para o campo expandido das relações sociais, tais como as de transferência, reavivamento ou repetição compulsiva e elaboração. No que concerne à *transferência*, diz respeito à inevitável “[co]implicação com o outro ou com o objeto de estudo, a tendência a repetir no próprio discurso ou prática tendências ativas - ou projetadas sobre - o outro ou o objeto”, um processo transferencial que pode se dar por dinâmicas de identificação incorporativa e/ou projetiva (LaCapra, 2006, p. 107-113). O *reavivamento ou repetição compulsiva*, por sua vez, remete à tendência de reativar passados traumáticos e/ou heranças (fardos) históricos em chave negativa e paralisante (presentes capturado por passados), seja no que concerne à compreensão do assunto interpretado/experienciado, seja para pensar futuros possíveis que superem a negativação compulsiva (LaCapra, 2006, p.115-118). *Elaboração*, por fim, indica a consciência das relações transferenciais e de reatuação/reavivamento, contudo busca modos de compreender e elaborar passados e presentes traumáticos, distinguindo-os mas não os dicotomizando, performando uma compreensão empática, (auto)crítica e aberta às feridas e cicatrizes que permanecem no presente, contudo não as entendendo como elementos que,

compulsivamente, tornem sujeitos e grupos (ou o próprio analista) incapacitados de agir ética e politicamente no presente - e na proposição de futuros (LaCapra, 2006, p. 129-145).⁹

Relacionados a uma perspectiva ética e responsiva quanto à compreensão e elaboração históricas (sobretudo no que diz respeito a passados-presentes traumáticos), estão os tópicos da *violência dos arquivos* constituintes dos fatos históricos, bem como o tópico da *reparação histórica*. Em relação ao primeiro, a violência dos arquivos é expressa em sua radicalidade por exemplos extraídos de registros frios dos arquivos da escravidão e de crimes de lesa humanidade, pela sua força de esterilização e apagamento contínuo de vidas interrompidas injustamente, vidas essas que pertenciam a mundos e realidades negadas e silenciadas pela gramática terrorista desse arquivo (Azoulay, 2024, p. 164-165; Trouillot, 2016, p. 57-58). A violência do arquivo e a politização do tempo, os sentidos de reparação entre ética, política, justiça, reconhecimento e liberdade, são sintetizadas por Ariella Azoulay e sua condenação do imperialismo “A grande realização do movimento de reparações tem sido até agora impedir a completa fusão implícita na ontologia imperial entre o que *foi imposto* com violência e o que *é*” (Azoulay, 2024, p. 168-169, grifos da autora).

Reparar como ação de contestação ético-política e demanda por reconhecimento e justiça. Azoulay argumenta que reparar e exigência de reparação são entendidas como uma política temporalizadora que expressa a existência de condições estruturais ou transgeracionais (políticas, institucionais, econômicas e sociais) de reiteração e reprodução de violências, exclusões, desigualdades e negativações de “outros”, condições essas que impuseram e acumulam contradições, fardos e silenciamentos históricos. Essas heranças estão inscritas aos modos como grupos, coletivos e parcelas da sociedade estabelecem relacionamentos enquanto descendentes diferenciais de regimes opressivos - reconhecendo abertamente ou não essas descendências e o jogo de forças e poder entre elas estabelecidas (Azoulay, 2024, p. 167). Reparar, além de exigência de reconhecimento e justiça que acompanha a demanda por dívidas simbólicas, civis e financeiras de restituição material no presente para descendentes de vítimas e vítimas secundárias, é também, ontológica e ético-

⁹ Aqui, sob o tema do trauma e de passados traumáticos, a responsividade ética da compreensão histórica novamente se vê às voltas com a questão da temporalidade, experiência temporal e experiência histórica, sobretudo quando acrescida das dimensões transferencial e de reatuação/repetição compulsiva, assim como das tentativas de elaboração de passados e presentes (e passados-presentes) com vistas a aberturas diferenciais ao futuro (LaCapra, 2006, p. 81-86; 2005, p. 63). Conforme LaCapra (2006, p. 86, grifos meus) destaca no que concerne às articulações entre faixas temporais e ausência-presença de temporalidades, trauma e transferência, cabe cuidar o “período de latência entre o acontecimento inicial, potencialmente traumatizante, e o acontecimento posterior que em algum sentido o recorda e dispara uma resposta traumática. O trauma *dependia do intervalo ou período de latência entre ambos os acontecimentos*, intervalo que não se experimenta como tal senão que estava relacionado com uma forma muito intensa de experiência traumática através da reatuação ou repetição compulsiva do passado, que era assim experimentado como presente absoluto”.

politicamente, a potência de recuperação e afirmação de vidas humanas e de realidades históricas partilhadas socialmente - ou seja, a reativação da vigência de passados compartilhados que *permanecem acumulados* em instituições e diferentes dinâmicas organizacionais da vida em sociedade de um Estado Nacional. Nessa perspectiva, falar em compromisso com ideias de liberdade e justiça é destacar o caráter ainda inacabado e incompleto dessas noções - além de excludente e desigual em termos de distribuição de benefícios e condições. No cruzamento dos tópicos e temas assinalados, compreensão histórica e ética responsiva tanto pressupõem quanto acenam à reparação histórica como engajamento e ação no presente, afirmando a coexistência de tempos e com isso investindo esforços na exposição e enfrentamento de formas de violência e degradação da vida humana na atualidade.

Considerações Finais

As páginas acima propuseram um conjunto de considerações teóricas com o objetivo de estabelecer alguns eixos para trabalhar articuladamente as noções de compreensão histórica e responsividade ética. As discussões mobilizadas em torno da Filosofia Especulativa da História e da Filosofia Existencial da História, auxiliaram no posicionamento de questões teóricas e debates que compõem um grupo de temas e problemáticas pertinentes ao campo da Teoria da História e da Filosofia da História. Ao articular teoricamente o conjunto de elementos aqui trazidos, pretendi fornecer uma contribuição possível para refletir sobre o *problema da história* assinalado por Kleinberg (2023). Com isso, busquei estabelecer uma constelação de aspectos teóricos, mas também existenciais e temporais, éticos e sociopolíticos, pertinentes, justamente, à problematização da história por modos de compreender e responder de forma ética ao existir historicamente - formas essas que não se restringe ao âmbito acadêmico.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Tempo e História. Crítica do instante e do contínuo. In: **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 109-128.

ANDERS, G. **La obsolescencia del hombre** vol. 1: sobre el alma en la época de la segunda revolución industrial. Pre-textos, 2011.

ANGEHRN, Emil. Sentido e História: reflexões sobre Ontologia Histórica. **Revista de teoria da história**, v. 24, n. 1, p. 9-20, 2021.

ARAUJO, Valdei Lopes De. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.

ARENKT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016

ARMOUR, Leslie. Speculative versus Critical Philosophy of History. In: **The Philosophy of History: A Re-Examination**. Routledge, p. 131-162, 2019.

ASSMANN, Aleida. Transformations of the Modern Time Regime. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (org.) **Breaking up Time**: Negotiating the Borders between Present, Past and Future. Göttingen & Bristol. 2013, p. 39-56.

AVILA, Arthur Lima de. Sobre fantasmas e o paraíso (perdido) dos historiadores: breves comentários sobre espectralidade do passado e a história do presente. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 30, n. 55, p. 369–383, 2024.

AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial**. São Paulo: Ubu, 2024.

BEVERNAGE, Berber. **History, Memory and State-Sponsored Violence, Time and Justice**. Routledge, 2011.

BEVERNAGE, B., IECKER DE ALMEIDA, G., DELANOTE, B., FROEYMAN, A., HUIJBERS, P., & Van De Mieroop, K.. Philosophy of History after 1945: a bibliometric study. **History and Theory**, n. 58, v. 3, p. 406-436, 2019.

BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: Edusc, 2001.

FILLION, Real. Philosophy of History: Speculative Approaches. **Bloomsbury History: Theory and Method**, 2021.

GILBERT, Bennet, ELGABSI, Natan. Filosofia da História Existencial. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 40–57, 2021.

GILBERT, Bennet, ELGABSI, Natan. Temporal Humanity: Involvement with Ethics and Time Across Cultures. In: ELGABSI, Natan.; GILBERT, Bennet (orgs). **Ethics and Time in the Philosophy of History**. A Cross-Cultural Approach. London, New York and Dublin: Bloomsbury. 2023, p. 03-24.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Editora 34, 2001.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: editora 34, 1998.

GRUNER, R. The Concept of Speculative Philosophy of History. **Metaphilosophy**, v. 3, n. 4, p. 283–300, 1972.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes e Editora UNICAMP. Tradução de Fausto Castillo, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995.

KLEINBERG, Ethan. The Time of Ghosts and the Ghosts of Time. In: ELGABSI, Natan.; GILBERT, Bennet (orgs). **Ethics and Time in the Philosophy of History**. A Cross-Cultural Approach. London, New York and Dublin: Bloomsbury. 2023, p. 25-39.

KLEINBERG, E., **Haunting History**: For a Deconstructive Approach to the Past, Stanford, CA: Stanford University Press, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. Organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Thamara de Oliveira Rodrigues. São Paulo: UNESP, 2021.

LACAPRA, Dominick. Articulating Intellectual History, Cultural History, and Critical Theory. In: **History and Its Limits**: Human, Animal, Violence. Ithaca: Cornell University Press, 2009, p. 13-36.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Tradução de Elena Marengo. Buenos Aires: Nueva visión, 2005.

LACAPRA, Dominick. **Historia en tránsito**: experiencia, identidad, teoría crítica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. **History and Theory**, Middletown, v. 19, n. 3, p. 245–76, 2012 (1980).

LANGUEUX, M., **Actualité de la philosophie de l'histoire**. Ste-Foy: Les presses de l'Université Laval, 2001.

LEITE, Augusto B. de Carvalho Dias. On the metaphysical role of historicity. **História (São Paulo)**, v. 42, 2023.

LEMON, M.C. **Philosophy of History**. London: Routledge, 2003.

MEGILL, A. History's Unresolving Tensions: Reality and Implications. **Rethinking History**, v. 23, n. 3, p. 279–303, 2019.

MERETOJA, Hanna. Narrative Hermeneutics. In: **The ethics of storytelling**: Narrative hermeneutics, history, and the possible. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 43-88.

MINK, Louis O. Is Speculative Philosophy of History Possible? In: FAY, B., GOLOB, E.O., VANN, .T. (org.), **Historical Understanding**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987, p. 147-162.

MUNZ, P. **The Shapes of Time**: A New Look at the Philosophy of History. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1977.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. Editora 34, 2019.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 30, n. 55, p. 310–325, 2024

OSBORNE, Peter. **The politics of time**: avant-garde and modernity. London: Verso Books, 1995.

PAUL, Herman. Tudo está estremecido: por que a filosofia da história floresce em tempos de crise?. **Faces da História**, v. 1, n. 2, p. 73-80, 2014.

RICŒUR, Paul. **O Si-Mesmo como Outro**. Edições Loyola, 1991.

RICŒUR, Paul. **Tempo e narrativa I**. Campinas, Papirus, 1994.

SCHOLZ, Oliver. Philosophy of History: Metaphysics and Epistemology. In: KAISER, M. I. et al. (ed.). **Explanation in the Special Sciences**: The Case of Biology and History (Synthese Library). Dordrecht: Springer, 2014. p. 245-253.

SIMON, Zoltán Boldizsár. Historical Understanding Today. In: SIMON, Zoltán Boldizsár; DEILE, Lars (org.). **Historical understanding**: Past, present, and future. Bloomsbury Publishing, 2022, p. 1-16.

SOLOMYAK, Olla. Temporal Ontology and the Metaphysics of Perspectives. **Erkenntnis**, v. 85, p. 431-453, 2018

TODOROV, Tzvetan. **Diante do extremo**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e produção da história. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

TUCKER, Aviezer. **Our Knowledge of the Past**: A Philosophy of Historiography. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VASICEK, Z. Philosophy of History. In: TUCKER, Aviezer (Ed.). **A Companion to the Philosophy of History and Historiography**. John Wiley & Sons, 2011, p. 26-46.

VOLPI, Franco. **O Niilismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Submetido em: 29 jun. 2025

Aceito em: 01 out. 2025